

A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista

Teodor Shanin

Professor doutor da Moscow School of Social and Economic Sciences
Endereço profissional: Vernadsky Prospekt 82/2, 117571, Moscow, Russia
Telephone: +7-095-564-85-82/Fax: +7-095-434-75-47
Website: <http://www.msses.ru>

Para um amigo, dolorosamente perdido.

“A Declinatio Rustica alemã do século XIII tinha seis declinações para a palavra camponês – vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e no plural – miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis”.

J. Le Goff

“O campesinato não é uma classe, mas uma noção”.

G. Plekhanov

“...como se fosse uma questão de reconciliação dialética de conceitos e não de compreensão das relações reais”.

K. Marx

Há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão jamais é inconseqüente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. O que importa são as maneiras com tais palavras são utilizadas.

Sem dúvida, pode-se exagerar as preocupações com terminologias, desviando-se para um discurso fastidioso, em que longas palavras são usadas para tecer mais palavras, ainda mais longas, sem jamais retornar ao mundo dos vivos. Para evitá-lo, o pensamento dos cientistas sociais deve sempre mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos. Entretanto, de vez em quando, recomenda-se fazer um teste do conceito ou voltar às suas raízes epistemológicas. Para que, agora, o momento é propício para isso, pois por razões às quais retornaremos brevemente, a moda intelectual de “estudos camponeses” parece aproximar-se de um novo estágio e de um momento decisivo.

O camponês como mistificação

Para testar um conceito, convém começar considerando seu conteúdo, à maneira consagrada pela “hipótese de nulidade” da estatística convencional, isto é, iniciar a partir das razões pelas quais o conceito deveria ser totalmente descartado. Nessa perspectiva, a afirmação de validade do conceito, seus vínculos com a realidade, sua consistência interna, seu marco teórico e seus possíveis esclarecimentos podem ser rigorosamente examinados. Começemos por esses começos, enunciando-os.

Camponês é uma mistificação. Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito freqüentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão

da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades, seja na Borgonha feudal, no cerrado devastado e queimado da Tanzânia, no Punjab mercantilizado de hoje ou na Gezira produtora de algodão para a indústria. Finalmente, os termos gerais, a-históricos e fora do contexto, costumam odiosamente se transformar em reificações da realidade ou, o que é ainda pior, em manipulações conscientes pó políticos espertos ou acadêmicos caçadores de prestígio. Eis por que, e como, os camponeses se tornam uma mistificação.

Tudo isso é fatalmente verdadeiro para cada um dos quatro momentos analíticos considerados. A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir “o diacrônico” e “o sincrônico” nos fenômenos sociais). Enfim, o termo “camponês” pode ser usado, e tem sido usado, como mistificação. Entretanto, dizer tudo isso é apenas limpar o terreno para a discussão das questões centrais que estão em jogo aqui. O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. A “definição de camponês” só pode ser entendida dentro desse contexto. Nesses termos, uma “hipótese de nulidade” serviria para mostrar que a utilização do conceito de “camponês” torna a realidade social opaca aos nossos olhos ou, pelo menos, em nada contribui para o seu esclarecimento. Se isso acontecer, a conclusão mais consistente seria livrar-se deste inadequado termo, para evitar as aflições a que ele nos pode levar. A alternativa, isto é, reter a utilização conceitual de “camponês”, terá que ser esclarecida e definida.

O atual surto de marxismo acadêmico tem exercido papel importante, e cada vez mais significativo, nessas considerações. Sua “globalização” crescente trouxe novamente os camponeses para o foco das atenções. Novos *insights* e nova força no debate têm nos oferecido oportunidade de reconsiderar tanto o pensamento dos estudiosos como as sociedades. Algumas das argumentações tem reafirmado e, em certa medida, recolocado o juízo contra a legitimidade do conceito de camponês. Outras têm declarado o oposto. Dentro do quadro de referências conceitual marxista está sendo explorada uma problemática cuja relevância será facilmente reconhecida, mesmo fora desse campo. Muitas das posições tomadas, conclusões oferecidas e dúvidas levantadas demarcam as fronteiras e linhas de batalha entre marxistas e não-marxistas.

O artigo partirá do sentido em que o conceito vem sendo utilizado, considerando a maneira como se torna problemático dentro da recente discussão marxista, para, no fim, pôr a questão da desconceituação. Persegue, *grosso modo*, o juízo contra a relevância do conceito de camponês, acima mencionado.

O camponês como generalização

Mesmo para indagar sobre o camponês com fundamento, é necessário dizer primeiro do que se trata. Mais ainda se quisermos utilizar analiticamente esse conceito. O que se quer dizer com “camponês”? Começemos pelos estudiosos das sociedades camponesas, que tentam generalizar o conteúdo de suas análises. A afirmação de Redfield de que “a sociedade e a cultura camponesa têm algo de genérico em si... (sendo)... uma organização da humanidade com semelhanças em todo o mundo” e a descrição, de Fei, do camponês como um “modo de vida”¹ representam bem um sentimento amplamente difundido entre a maioria daqueles que estudam o camponês de modo sistemático e comparativo. Tais intuições não devem ser menosprezadas, pois refletem muitas vezes um conhecimento tácito, enraizado na experiência. Entretanto, podem igualmente representar uma visão profissional distorcida de “camponesólogos”. Portanto, para ser mais preciso, a afirmação (e a orientação para qualquer teste potencial) da especificidade do camponês pode ser

apresentada através de seis categorias de características, pelas quais os camponeses têm sido distinguidos, em comparação com os “outros”.

Em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional.² Outra maneira de apresentar o problema é demonstrar o quanto as condições da vida produtiva camponesa necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um eco-sistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo, mais do que na manufatura³ (um esquema diferente, ainda que estruturalmente semelhante, aparecerá em economias nômades).⁴

Segue-se uma variedade de características economicamente relevantes. Por exemplo, o planejamento da produção e o cálculo do desempenho diferem substancialmente dos de uma empresa capitalista. As noções de subconsumo camponês de Kautsky e de “auto-exploração” de Chayanov parecem referir-se a um problema geral de pobreza e opressão, mas também às suas resoluções específicas, sob formas que não operam fora do âmbito da economia camponesa.⁵ O padrão efetivo de controle da terra, expresso na propriedade familiar, e os “direitos de posse” diferem da propriedade legal dos não-camponeses contemporâneos.⁶ Uma vasta série de funções ocupacionais é “encaixada” na situação de camponês como uma ocupação. Os métodos típicos de expropriação do excedente camponês pelos detentores do poder político e econômico são diferentes daqueles usados em relação aos trabalhadores assalariados. A exploração intercamponesa e interaldeias mostra, uma vez mais, formas e direções de desenvolvimento específicas. Os vínculos estabelecidos entre os movimentos de oferta/demanda/preço dentro das sociedades mercantis mudam consideravelmente nas populações massivamente camponesas (por exemplo, o movimento dos salários que é, muitas vezes, inversamente proporcional ao preço do pão). Pelos padrões de cálculos aceitos, muitos estabelecimentos rurais camponeses, que “trabalham com prejuízo” e deveriam “ir a bancarrota”, continuam operando e inclusive investindo.⁷

Em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, freqüentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo. Os sistemas de intermediação e apadrinhamento, a tendência à “segmentação vertical” e ao facciosismo, o lugar do banditismo e da guerrilha, até mesmo a atmosfera típica da política e da rebelião camponesas podem ser, e de fato têm sido, significativamente comparados, em sociedades distantes em milhares de milhas, tanto no espaço geográfico quanto social.⁸ O mesmo é válido para os padrões e problemas das interações políticas dos camponeses, tanto com os proprietários de terras, como os de fora – representantes das burocracias nacionais.

Em terceiro lugar, normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão. Esses padrões tanto refletem como por sua vez influenciam as formas de produção e de vida social. A preeminência da racionalização tradicional e conformista, o papel da tradição oral, “mapas cognitivos” específicos (por exemplo, uma percepção circular do tempo) podem ser usados como exemplos.⁹ Os padrões específicos de socialização e aprendizado ocupacional do camponês foram também descritos e relacionados.¹⁰ O mesmo se pode dizer das tendências ideológicas camponesas e dos padrões de cooperação, confrontação e liderança políticas.

Em quarto lugar, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo. Particularmente, o grupo doméstico camponês, mas também a aldeia e a rede mais ampla de interação social, como um centro mercantil e o anel local mais baixo da autoridade estatal, são, de longe, facilmente reconhecíveis para os camponeses, estudiosos e líderes políticos. Os padrões internos típicos de interação e/ou exploração, dentro das pequenas unidades compostas, que os camponeses geralmente compartilham com os trabalhadores rurais, artesãos, pequenos burocratas e pequenos capitalistas, são característicos e altamente

repetitivos, assim como a posição subserviente geral das unidades sociais camponesas, dentro da rede mais ampla de dominação política, econômica e cultural.

Em quinto lugar, pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa (é claro que, na realidade, a estatística e a dinâmica são indivisíveis). Particularmente a reprodução social, isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genérico dos camponeses. Relevante, aqui, é o já referido aprendizado ocupacional dentro da família. O ritmo de vida da aldeia e do grupo doméstico camponês reflete, nitidamente, os principais ciclos “naturais”, ou seja, o ano agrícola.

Finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. Sem dúvida, as teorias de mudança estrutural têm sido corretamente expressas no quadro de referências, mais amplo que o campesinato, das sociedades nacionais ou dos sistemas internacionais. Ao mesmo tempo, a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem. Por exemplo, a comercialização tem resultado, em geral, inicialmente em um estágio de “agriculturação” do camponês, fazendo com que suas tarefas não-agrícolas anteriores sejam assumidas pela produção industrial em massa (enquanto os aldeões são, freqüentemente, jogados nas redes de exploração de empresas agrícolas capitalistas, de vários tipos). Do outro lado, a coletivização levou a uma variedade de padrões especificamente camponeses e de ação e reação, por exemplo, os padrões diferenciais de produção no terreno doméstico em oposição à área coletiva e seu impacto sobre as atuais esferas sociais da agricultura.¹¹ Pode-se também mencionar, aqui, a recorrente surpresa diante da tenacidade das formas sociais camponesas (o “problema do não-desaparecimento”) e, mesmo, a “recamponesação” de algumas áreas.

Não há lugar, aqui, para discutir o alcance de dados comparativos, apresentados com freqüência suficiente para sustentar essas generalizações. Passemos diretamente ao que implicam tais generalizações. Começando pelas negativas, o uso da generalização como conceito implica obviamente a homogeneidade dos camponeses. Tampouco supõe uma separação nítida das categorias reais, do gênero 1:0. Qualquer generalização, baseada na comparação, assumirá a heterogeneidade dos dados, assim como as «margens» ou “limites” da ambivalência conceitual. A primeira acusação contra o camponês como uma entidade conceitual, na relação acima, ou está longe do fundamental ou põe em dúvida a essência analítica das ciências sociais, e não simplesmente um de seus termos. O *status* de camponês, como generalização, foi bem expresso, em uma recente conferência de Eric Wolf, como o de uma “síndrome recorrente”¹², que claramente admite, e de fato necessita, a diversidade (muitas vezes expressas em taxonomias adicionais). A generalização empírica, enquanto tal, constitui uma parte indispensável das ciências sociais. Seu perigo reside no possível excesso de generalização, pela extrapolação de semelhanças ou seqüências conhecidas, simplesmente porque são conhecidas. Disse isso, a própria existência de registros sobre as repetitivas e contundentes semelhanças é um ponto que vale a pena considerar, e é a importância das generalizações baseadas na comparação entre os camponeses. Têm ajudado a focar estudos, provocar *insights* e empregar métodos de pesquisa já testados, assim como desenhar um campo de análise. Mas não a substituem.

O florescimento de “estudos camponeses”, nos anos 60, estava vinculado a novas tentativas de definir o camponês pela exploração da lógica estrutural subjacente à sua “camponesidade”. Nessa discussão, a ala da antropologia ocidental, que interpretou as instituições de Redfield e Fei em termos de economia política, encontrou e fundiu-se com setores da história rural da Europa Ocidental e como os que seguiram a tradição de estudos camponeses da Europa Oriental, tanto marxistas quanto não-marxistas. O resultado desses encontros leva a muito mais do que simples generalizações a partir do empírico, mas de modo geral não oferece uma análise estrutural plenamente desenvolvida.¹³

Um exemplo pode ajudar e, no caso, é mais simples usarmos a nós mesmos como bode expiatório.¹⁴ Há aproximadamente uma década, foi proposto um delineamento de quatro características do camponês, incorporando: a) a propriedade rural familiar como a

unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas. No discurso, as quatro características qualificavam a vida camponesa plenamente desenvolvida, enquanto três delas – a, c e d – aplicavam-se a vários “grupos analiticamente marginais”, por exemplo, os artesãos rurais. Isso foi feito para dar coerência a uma coletânea, estruturando dados comparativos e contribuindo para desenhar um campo de interesse. Até aí, tudo bem. Mas o resultado foi exíguo em termos de uma análise sistemática da lógica estrutural, na raiz da generalização apresentada. O que a torna, em muitos pontos, insatisfatória.

Para começar, os quatro componentes desse delineamento são insuficientes, não porque falte um outro que deva ser acrescentado, mas principalmente por que os vínculos entre esse quatro ficaram sem maiores especificações. Sem dúvida a utilidade da tipologia está em grande parte sujeita à pressuposição implícita de tendências/padrões de determinação mútua de seus elementos. Isso explicaria por que podemos facilmente deduzir várias características de cada um dos componentes, observado apenas um em profundidade. Para dar um exemplo, o modo como a agricultura camponesa opera pode nos dizer muito sobre o caráter da comunidade rural, o estabelecimento rural familiar camponês e os padrões típicos de exploração dos produtores de tal sociedade. Entretanto, mesmo uma elaboração desses vínculos ainda não será suficiente. Hobsbawm salientou que a pressuposição de *hierarquias* de elementos básicos de estrutura social é uma característica que definem a teorização social marxista.¹⁵ Tais princípios de interpretação são também, de fato, uma parte necessária da maioria dos sistemas teóricos. No caso observado, jamais uma hierarquia de importância (ou ainda, a suposição de que ela não exista) foi claramente explicitada, o que possibilita interpretações ambivalentes e/ou ecléticas.

Além disso, ao definir camponês como um processo e tipologizar padrões de mudança, a forma como os diferentes elementos dessa complexa equação se vinculam à história social mais geral ficou relativamente inexplorada (realmente um passo atrás com relação a uma discussão anterior).¹⁶ Por exemplo, não foi sequer considerado o impacto do comércio internacional e da economia política global sobre os rumos básicos do desenvolvimento da agricultura camponesa. Observando “pelo lado contrário”, o impacto das histórias específicas dos camponeses sobre as sociedades, das quais fazem parte, foi totalmente negligenciado.

Finalmente, a forma como foi apresentada a problemática da incorporação societária dos camponeses sofre de todas as limitações essenciais concernentes à história, a que já nos referimos, e às quais pode ser acrescentado um toque de “provincianismo”, no sentido de uma tendência a abordar qualquer problemática, por assim dizer, apenas do camponês “para fora”. Tudo isso é igualmente insatisfatório, embora possa ter sido explicável, como “uma virada em sentido contrário”, em um argumento contra a marginalização conceitual dos camponeses.

Embora não seja aqui o lugar para outra análise exaustiva, que hierarquize os elementos, deve-se trazer à luz o que anteriormente se deixou implícito. A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Conseqüentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências “ocidentais”, é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção. A repetição mundialmente abrangente de traços econômicos, políticos e culturais,

assim como dos típicos padrões de sua dinâmica, teria a ver com o *modus operandi* dos estabelecimentos rurais familiares camponeses e com as formas específicas em que se vinculam e se transformam. Quando (e se) fosse utilizada uma navalha Ocam*, seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como a definição mais estrita de camponês, salvo se houver razões definitivas para se proceder de outra maneira.

Essa foi essencialmente, a abordagem para a caracterização do campesinato que constitui a linha mestra da pesquisa e do debate político, na Europa Central e Oriental, durante o século passado. Embora os pressupostos, as questões e as conclusões diferissem, a maneira como o conceito foi identificado e adotado perpassou os campos ideológicos e as escolas de pensamento. Particularmente, enquanto se acirrava uma discussão em torno da questão de estabilidade do camponês, parecia não haver dúvidas sobre onde repousa a raiz do campesinato. Tampouco havia qualquer critério pelo qual pudéssemos julgar quando e se, no bojo das transformações econômicas e sociais, essa entidade chegaria ao fim. Foi a unidade de produção familiar camponesa e sua metamorfose estrutural, ou seu desaparecimento, que delinearão essas questões. Passadas três gerações essa tradição ainda se reflete, inteiramente, na geração atual dos principais estudiosos marxistas do camponês, na Europa Oriental.¹⁷

Interpretações de Marx, contraditórias e muitas vezes consideravelmente distanciadas, tornam-se rapidamente uma importante indústria acadêmica no período pós-1968. É dentro desse tipo de discussão que, recentemente, se tem ouvido um apelo à desconceituação do camponês, invocando-se para tanto a própria autoridade de Marx. Não é portanto inoportuna uma rápida observação de seus reais pontos de vista. O *insight* e a inspiração de Marx, no que se refere aos camponeses são, em grande parte, os de um europeu da Europa Central (com conhecimento das línguas e a tradição da Europa Oriental), situado no meio inglês de um capitalismo “descamponesado”. No estudo em que se debruça mais diretamente sobre os camponeses de sua época, Marx caracterizou e delineou “a mais numerosa classe da sociedade francesa” através do conceito de “posse parcelária” (*parzellen*). O que é *parzelle* senão o estabelecimento descrito na continuação de seu texto?

Com efeito, Marx aponta-o tranqüilamente como a “oficina individual (que) contém a economia total, constituindo um centro independente de produção” de um período anterior, subseqüentemente comercializado e parcialmente transformado pelo início do desenvolvimento capitalista da França. Ou, para descodificar a linguagem metafórica, uma “batata” dentro do “saco de batatas” (como Marx caracterizava os camponeses franceses) é, sem dúvida, a mesma unidade, isto é, um estabelecimento rural familiar camponês. A tendência prevista do desenvolvimento posterior também foi esclarecida. Trata-se da “dissolução da propriedade privada baseada no trabalho de seu proprietário”, isto é, do avanço do desenvolvimento capitalista devido à reestruturação da sociedade em duas classes fundamentais, dissolvendo, nesse processo, as unidades de produção familiares camponesas e, portanto, o campesinato. Ou seja, “a produção de capital e de trabalhadores assalariados é, portanto, o principal produto do processo pela qual o capital se valoriza”.¹⁸ Conseqüentemente, alinha mestra da teoria social marxista abordou o campesinato contemporâneo através da problemática de sua transformação capitalista expressa em dois principais debates conceituais, referentes à diferenciação e aos modos de produção. E nessa linha foi tratada a questão da posição dos camponeses dentro da história e da sociedade.

* N. do trad.: Navalha de Occam – forma como se tornou conhecida a assertiva de que “princípios e noções não devem ser multiplicados sem necessidade”, atribuída ao filósofo escolástico inglês William of Ockham, ou Occam (1284-1349).

A diferenciação camponesa: a multilinearidade da transformação capitalista da agricultura

A transformação capitalista propiciou a principal tendência que a mudança estrutural assumiu nas sociedades camponesas contemporâneas. Capitalismo significa “descamponesação” – século XIX, esse ponto de vista foi, em geral, adotado pelo “público ilustrado”, com muito poucas exceções: os românticos reacionários, os populistas rígidos e alguns dos “revisionistas” da Social-Democracia alemã. Todos eles, porém, foram desafiados pela frente única dos economistas acadêmicos e da maior parte dos marxistas ortodoxos. Para estes, o que estava em discussão não era a descamponesação capitalista da agricultura, mas apenas a forma e a velocidade que tomaria.

A principal obra que dominou o pensamento marxista daquela época foi *A Questão Agrária* de K. Kautsky. Ela foi (e ainda é) rica em conteúdo e em *insight* quanto à problemática camponesa. Aceitou a possibilidade de algumas diferenças no modo como o capital penetra na agricultura, em contraposição aos outros ramos da economia. Apontou para a acumulação de capital e para a mudança na agricultura alemã. E salientou que a referida falta de concentração da propriedade fundiária não significava necessariamente o fracasso do capitalismo em ali se estabelecer. O principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a indústria, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa. A posição de Kautsky seguiu de perto e elaborou a apresentação de Marx do exemplo inglês/irlandês em *O Capital*, adequadamente generalizado e desdobrado.¹⁹

Talvez o sucesso político de Lênin tenha sido responsável pela decisiva influência de sua contribuição a esse debate, no que cerne as posteriores gerações de marxistas. Em suas primeiras obras, Lênin era ainda, em muitos aspectos, um “kautskiano”, mas com ênfase claramente diferente. Para ele, eram a dinâmica intercamponesa de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista.²⁰ A ênfase passa da produção para as relações mercantis. A polêmica pretendia atingir uma ala dentro do populismo russo, a qual acreditava que a homogeneidade e a estabilidade da sociedade camponesa abortariam o desenvolvimento capitalista na Rússia. A lógica das relações de mercado e da capacidade de exploração dos camponeses mais ricos indicava uma polarização necessária dos camponeses em ricos e pobres e, eventualmente, em capitalistas rurais e proletários rurais. O problema da diferenciação, seu caráter, sua velocidade e seus resultados políticos dominaram, subseqüentemente, a análise das sociedades camponesas na III Internacional e nos movimentos comunistas do “Leste”. Longos trechos do livro de Lênin de 1899 aparecem, ainda hoje, praticamente de forma literal, em muitos estudos de diversas sociedades.

Entre a apreciação de uma conclusão analítica como magistral e a auto-exaltação religiosa perante ela, existe uma linha divisória muito tênue. A melhor maneira de explicar a diferença é simplesmente perguntar: aprendeu-se algo de substantivamente novo, durante os oitenta anos que se passaram desde que foi publicado o livro de Lênin? Teria o próprio Lênin aprendido algo de novo, nos 25 anos de sua experiência revolucionária que se seguiram à publicação de seu tratado?

Começemos pela segunda questão: a própria abordagem de Lênin sobre o campesinato passou por uma mudança consistente, embora lenta. Já por volta de 1907, ele declarava ter claro exagero em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura russa, no período de hegemonia de Plekhanov na Social-Democracia russa. Lênin foi além (embora mais implicitamente) na aceitação da permanência de traços camponeses. Esta mudança subjaz e explica as modificações dos programas do partido em 1917, 1921 e foi mais firmemente expressa nos últimos momentos de vida de Lênin.²¹ Com efeito, o simples fato de o “programa agrário” de seu partido ter sido cancelado já significava que a análise de 1896-1898, diretamente relacionada a ele, não podia se sustentada. O livro, porém, jamais foi reescrito. Foi canonizado junto com o autor.

Na última década, foram feitas tentativas de considerar, outra vez, a discussão da diferenciação, tanto no Ocidente como na URSS. Inúmeras correções da análise foram sugeridas particularmente pelos historiadores soviéticos contemporâneos, observando novamente os dados russos. As tentativas dos franceses de utilizar a metodologia de Lênin, no que concerne à diferenciação do campesinato em outros lugares (por exemplo, na Índia), apresentaram também novos *insights* e novas oportunidades. Todavia, na maioria desses estudos, as equivocadas hipóteses básicas de Lênin, no que se refere à diferenciação camponesa, são tratadas por muitos marxistas quase como se fossem leis da natureza, com um nítido sinal de aprovação dos economistas neoclássicos. Os comentários e/ou emendas críticas à tese original, agora transplantada, centraram-se apenas na rapidez da polarização e nas possíveis contratendências. Ora, deve-se também examinar os modelos e arquétipos fundamentais que estão na raiz das análises de diferenciação. Em que medida é satisfatório o preâmbulo teórico de Lênin, em seu livro de 1899, para o cenário contemporâneo?

O quadro que emerge de complexas partículas e fragmentos da comparação internacional parece mais complexo e multidirecional do que o modelo de diferenciação inicial poderia admitir. No caso da transformação capitalista da agricultura parece ocorrer não uma, mas três tendências principais, simultaneamente em diferentes regiões e partes do mundo e, às vezes, dentro da mesma sociedade. Chamaremos essas tendências de processos de diferenciação, pauperização e marginalização.

Sem dúvida, a *diferenciação* exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou, muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa. As argumentações teóricas e fatuais, em seu favor, vão válidas. Mas sua interpretação como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário não o é.

Começando pelo modelo teórico, a exploração, mais a “causação circular” e a “acumulação de vantagens e desvantagens” de Myrdal²² deveriam levar a uma crescente acumulação de capital “no topo”, isto é, nas mãos dos ricos e/ou capitalistas rurais e urbanos. Pressupõe-se, no conjunto, uma economia de mercado livre. Presume-se que tal processo deveria também produzir emprego para os recém-pauperizados, tornando-os proletários e expandindo o capitalismo em seu sentido clássico. Tratemos um dos componentes: a mais-valia não é acumulada, nem na aldeia, nem nas cidades do interior mas em uma metrópole a 5.000 milhas de distância. O que se segue é uma “polarização” distorcida, na qual a tendência declinante não corresponde uma ascendente, ou seja, defrontamo-nos não com uma diferenciação e proletarização da maioria, mas com um processo de *pauperização* expresso no fenômeno da “população excedente”, do “subemprego rural”, da “cultura da pobreza”, das favelas, etc. O que se produz não é um “exército industrial de reserva”, pois ninguém deve apelar para essas reservas nas décadas que virão. Tampouco são “desviantes”, “marginais”, ou qualquer outra palavra que suponha excepcionalidade, porque o grupo social a que se refere é central e constante em tal sociedade.

Tal modificação do “modelo de diferenciação” é realista? Obviamente, isso acontece em todas as sociedades coloniais e tipifica o que é, hoje, conhecido como “neocolonialismo” e “periferização”. O cenário resultante é realista? Claro, basta olhar para Java²³ etc. etc. Ele requer um esforço analítico e conceitual específico? Sem dúvida, porque, para começar, os camponeses nessas circunstâncias nem desaparecerão completamente, nem permanecerão estruturalmente como antes, nem se tornarão proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo. Difere até mesmo a etnografia do cenário, isto é, aquilo que faz a análise social verdadeiramente relevante.

Prosseguindo, o capitalismo “juvenil” e otimista do século XIX influenciou muito a visão marxista clássica. Era visto como agressivo, construtivo, dominador e supereficaz em sua capacidade de se expandir Com o dedo de Midas que transforma em ouro tudo o que toca, o capitalismo também transforma em capitalismo tudo o que toca. A terra é o limite.

À luz do que realmente encontramos hoje, tudo isso parece um grande exagero. É indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar

tudo ao redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo. No México, inegavelmente capitalista, a incidência relativa de camponeses na população tem decrescido, mas seu número tem permanecido consideravelmente estável, desde 1910. No Brasil, certamente não menos capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto no número de camponeses, isto é, uma real “re-camponesação”.²⁴ Mesmo o líder do Banco Mundial (adotando uma notável mudança de opinião) falou recentemente em centenas de milhões de pequenos produtores rurais até o fim do século.²⁵ O que significa tudo isso, em termos da suposição da transformação capitalista da agricultura camponesa?

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky. Os camponeses são *marginalizados*, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles. E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não-desaparecimento”.

Claro que os problemas teóricos da conceituação desse fenômeno podem ser todos resolvidos, tanto declarando que a “agricultura” (amplamente inespecificada) demora a ser capturada, quando definindo simplesmente como capitalista. Além das grandes reduções (e qualquer que seja o nome que as distingue, “dualismo”, “articulação”, etc.), a tendência de alguns tipos de vinculação com o capitalismo determinarem de fato as características camponesas específicas foi cada vez mais entendida e apontada como um dos possíveis padrões essenciais de transformação dentro da agricultura camponesa contemporânea. Uma vez mais, tanto o modelo quanto o cenário podem ser facilmente validados, de forma satisfatória, pelo testemunho do “Terceiro Mundo” bem como da Europa.

Aceitar a marginalização como um dos padrões de mudança *camponesa*, sob o impacto do capitalismo, é condição para a resolução de mais uma dúvida conceitual. Quando, se acontecer, um camponês deixa de ser camponês, mantendo embora uma unidade de produção o estabelecimento rural familiar? Especificamente uma família dinamarquesa que utiliza a força do trabalho familiar para dirigir e supervisionar dois tratores próprios, quatro carros e uma propriedade rural supermecanizada, sustentada por um investimento massivo de capital e lucros, mas sem trabalhador assalariado algum, deve ser definida como camponesa? Se não, onde reside o divisor? Um estudo recente de Danilov *et alii* sugere uma hábil solução conceitual para o caso. Divide as forças produtivas do estabelecimento rural familiar em “naturais” (terra e força de trabalho) e aquelas que são produzidas pelo homem (maquinaria e equipamento) e sugere que definamos como camponeses somente aqueles estabelecimentos em que a produção é decisivamente determinada pelos meios “naturais” de produção.²⁶

O mesmo trabalho, a mais recente e original contribuição marxista à conceituação de camponês, soou também como um poderoso lembrete das limitações básicas das velhas teorias clássicas da diferenciação.

Elas pressupõem uma economia de mercado livre, abstraindo em grande medida a natureza da intervenção do Estado. Entretanto, já na China Medieval, as reformas agrárias imperiais removeram com o êxito das grandes propriedades de terra, revertendo os processos de diferenciação novamente à equalização.

A NEP soviética representou uma outra dimensão da regeneração dos camponeses, pelo estado e pela revolução. Por outro lado, em inúmeras sociedades em desenvolvimento,

o Estado transformou a economia camponesa através da imposição da centralização monopolista da troca rural, o que, ao mesmo tempo em que limitou a burguesia rural, estabeleceu uma “gigantesca manufatura dispersa”, explorada em sua natureza: por exemplo, a posição dos pequenos proprietários produtores de café de Ghana. Tal transformação estatal definiu novamente o “lugar e o papel do camponês dentro da estrutura social”. Dito isto, não há necessidade de acréscimos ou comentários supérfluos.

Modos e camponeses, camponeses como modo de produção

A outra maneira como a problemática camponesa foi abordada, com a retomada da discussão marxista, deu-se através da elaboração das propriedades dos modos de produção. Os problemas conceituais da especificidade, isto é, da “existência” de camponeses podem ser e têm sido assim apresentados. Sua particular importância reside no fato de centrar a atenção da análise naquilo que parece ser o cerne da dificuldade de toda a problemática conceitual, isto é, na questão da inserção dos camponeses na sociedade e na história mais amplas.

Parte do debate atual em torno dos modos de produção não tem sido mais que uma verborragia em moda, um jeito de conseguir um lugar no palanque ou um distintivo marxista, dentro de comunidades onde tais coisas são importantes. Isso lembra em parte os piores exemplos do Funcionalismo: manipulação lógica de abstrações elaboradas, numa verbosidade fértil em neologismos, essencialmente estéril para o avanço na compreensão da realidade social. Entretanto, ao lado de tudo isso, encontramos algumas das mais sérias oportunidades e considerações teóricas. A identificação de unidades de análise fundamentais, seu caráter, sua flexibilidade e sua utilização variada exercem um papel crucial na maneira como são moldados nossos mapas intelectuais, que, por sua vez, moldam a realidade social. Tais unidades de análises fundamentais, dentro do pensamento teórico marxista, são os modos de produção.

A autoridade de Marx, ainda em grande medida, designa o que se entende por modo de produção. A utilização que ele faz de conceitos é muitas vezes parcial, mutável ou implícita, sendo extraída de trabalhos que encontram alhures sua coerência interna. Isso é válido também para o conceito de modo de produção. Mas a maioria dos que estudaram Marx concorda quanto às características e aos elementos centrais do conceito em questão, embora possam variar consideravelmente em sua respectiva ênfase.

O modo de produção representa a forma geral (no sentido de abstrata) e específica (no sentido de uma estrutura histórica particular) m que são providas as necessidades materiais da sociedade, em dado estágio do seu desenvolvimento. Isso o torna crucial para análise da natureza geral da existência da sociedade e da caracterização de sua especificidade. Explica também por que a exposição do conceito começa usualmente pela independência entre as relações de produção e as forças produtivas, isto é, “aparece igualmente como a relação de indivíduos entre si e seu comportamento cotidiano específico em relação à natureza inorgânica, seu modo de trabalho específico”.²⁷ Um sistema de economia política centrada na criação, apropriação e controle de excedentes, através da dominação do homem pelo homem, isto é, uma “relação essencial de apropriação (que é) a relação de dominação”²⁸ fornece o elemento central e distintivo de um modo de produção. É parte do conceito um padrão típico de dinâmica, específico a todo modo de produção. Na terminologia estruturalista, um modo de produção tem, então, tanto uma dimensão sincrônica quanto diacrônica, isto é, representa não apenas um sistema especificamente estrutural, mas também uma época histórica. Incorpora processos de reprodução, no que diz respeito aos bens materiais, à força de trabalho e ao sistema de relações sociais. Especifica também padrões próprios de mudança estrutural.

O conceito de modo de produção, tal como foi definido, fornece o núcleo coeso e/ou determinante de inúmeras outras características. O caráter e a extensão de tais determinações nunca são simples, sendo geralmente mútuas. Os sistemas legais de propriedade refletem bem essa questão (à qual Marx dedicou muita atenção). Ele define

uma economia política, mas representa também um padrão de consciência típica. Reflete as relações reais de produção e controle, mas ao mesmo tempo mostra uma capacidade e uma autonomia parciais para realimentar (com sua própria capacidade de determinação) a economia *stricto sensu*. O mesmo pode ser dito das inúmeras estruturas básicas de controle social, interação e consciência, entre as quais o estado Moderno é provavelmente a principal.

O rejuvenescimento da análise marxista, nos anos 70, levou a um aumento considerável na atenção e sofisticação do uso do conceito de modo de produção. Esta mudança na perspectiva teórica foi intensamente influenciada, durante algum tempo, pelo trabalho de Althusser e seus discípulos, no qual o marxismo se confrontou e interagiu com o estruturalismo francês contemporâneo. O foco analítico moveu-se em direção ao que estava oculto sob o observável, ao estrutural, ao não-objetivo, com a lógica dos modos de produção obscurecendo outras unidades de análise. A atração intelectual por tal preferência relaciona-se à busca, pelos intelectuais, do que é mais seguro e determinista, expresso como mais profundo, mais objetivo, mais sujeito a leis e teórico. Isso se refletiu terminologicamente na maneira como “ciência”, “científico” e “rigoroso” chegaram a ser usados como distintivos fundamentais do conhecimento marxista (tornando *O Capital*, de Marx, mais “científico” que seu *Dezerto Brumário*).

Essa linguagem teórica levou a redefinição do termo “formação social” e à rápida ascensão à fama do termo “articulação”, recém-chegado ao discurso marxista. Por formação social passou-se a designar uma sociedade específica – geralmente um Estado-nação – definida, então, como uma articulação específica de modos de produção, um dos quais exerce um papel dominante. A essência da análise social passou a ser, em grande medida, o exame das formas em que os modos operam e se articulam dentro das sociedades/formações sociais.²⁹

Uma vez aceito o modo de produção como a unidade central da análise social, o escopo da problemática referente à conceituação de camponês pode ser reformulado na seqüência de questões a seguir: O esquema oferece, também, uma abordagem sistemática ao problema da estrutura histórica e societária dos camponeses, isto é, invalida as “hipóteses de nulidade” dois e três, acima mencionadas.

a) O campesinato, enquanto tal, deve ser constituído como um modo de produção e, se for, como se “articula” com a sociedade em geral? (e senão for...)

b) O campesinato deve ser visto como um componente de um modo de produção específico (e exclusivo)? (e se não for...).

c) O campesinato deve ser compreendido como uma entidade social suficientemente autônoma para se relacionar com diferentes modos de produção e para se transferir de um para outro? (e se não for...)

d) O campesinato é uma “palavra vazia” desnudada e anulada pela utilização satisfatória do conceito de modo de produção?

Para começar, camponês é um modo de produção? Evidentemente, a resposta relaciona-se à maneira como são definidos modo de produção e camponês. Nos termos acima sugeridos, os camponeses não são um modo de produção porque lhes falta a estrutura política-econômica relativamente auto-suficiente, isto é, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente tem sido, de modo geral, externos a eles. Desnecessário dizer que os camponeses não são todos “iguais” e que toda comunidade camponesa dispõe de estruturas complexas de exploração interna “de vizinhança”, freqüentemente encadeadas em redes de “apadrinhamento”. Entretanto, para a maioria dos camponeses, a desigualdade (e a exploração) intercamponesa é secundária diante da extracamponesa, tanto em termos da quota extraída quanto da maneira como agem sobre eles a dinâmica estrutural e a estrutura de classes. De fato, a guinada em direção à predominância decisiva de estruturas de desigualdade e exploração intercamponesa e interaldeias significa o fim do campesinato enquanto tal, isto é, enquanto um grupamento social específico.

Há duas abordagens alternativas que Eva à caracterização do campesinato como um modo de produção. A primeira consiste em estipular dois subtipos de “modos de produção”,

um na linha acima sugerida, e outro definido diferentemente. Tal sugestão é encontrada em inúmeros estudos recentes que apontam para um “modo de produção secundário”, diferente de um principal na medida em que aparece apenas em articulação com outros modos de produção, mas nunca por si próprio.³⁰ Uma sociedade (uma formação sócio-econômica?) fornece, portanto, a estrutura dentro da qual uma economia política exploradora age como um elo determinante entre o modo de produção dominante (explorador) e o secundário (explorado). O modo de produção secundário representaria uma estrutura encadeada de forças e relações de produção, uma economia política necessariamente incompleta, em cujos limites se situam o conflito e as determinações societárias dominantes. As “regras do jogo” do modo de produção dominante dominariam a formação como um todo.

As origens (e a legitimação) do conceito de “modo de produção secundário” e sua presente utilização estão na discussão sobre os pequenos proprietários – “produtores imediatos” a que Marx se referiu como “um modo de produção... (que) também existe sob a escravidão e outras situações de dependência... mas... floresce onde o trabalhador é o livre proprietário das condições de seu trabalho e ele mesmo as põe em movimento”.³¹ As interpretações desse texto variam muito, do tratamento do conceito como um dispositivo essencialmente pedagógico (isto é, um “ponto de partida” abstrato, fixado para esclarecer a dinâmica do capitalismo) à suposição de um modo de produção plenamente desenvolvido (“principal”) de produtores independentes de mercadorias, por exemplo, em uma época da história dos Estados Unidos em que ele constituiu uma barreira temporária ao desenvolvimento do capitalismo nesse país.³² A idéia de um modo de produção secundário camponês recai, de certo modo, entre essas polaridades. A economia camponesa é abordada como uma subcategoria de um gênero mais amplo de “modos de produção de pequenos produtores de mercadorias”, cuja posição na sociedade foi bem captada pelo termo “sociedade tributária”.

A segunda alternativa consiste em redefinir o termo modo de produção de maneira ainda mais radical. Uma vez mais, o próprio texto de Marx tem sido usado como suporte. O modo de produção é considerado, aqui, em seu sentido mais direto e descritivo, isto é, como uma forma de produzir, um processo de trabalho, um estágio tecnológico geral de desenvolvimento social, um conceito de alcance muito reduzido, ao longo das linhas expressas, por exemplo, na designação de Marx da *Agricultura* como um modo de produção *sui generis*.

Ambas as alternativas delimitam o camponês como um modo de produção (ou então o fazem para os “pequenos produtores de mercadorias” principalmente camponeses). Quais os ganhos e limitações heurísticas de tal estratégia analítica? A delimitação e a apresentação da especificidade camponesa, dentro do conceito de “modo de produção camponês”, fornecem uma abordagem possível à teorização e à análise de inúmeros problemas em questão como, por exemplo, a estrutura societária dos camponeses. Ao mesmo tempo, porém, o gume do conceito de modo de produção tem estado sujeito, em grande parte, à sua designação específica como um sistema/dinâmica, dentro do qual a produção e a apropriação exploradora são centrais e encadeadas (o mesmo talvez se possa dizer da própria contribuição do marxismo às ciências sociais). Um modo de produção, como uma unidade de análise que não traz essas características essenciais, parece forçar os termos ao ponto de categorizar na ausência de seus *insights* analíticos mais importantes. Colocado na balança, o conceito de “modo de produção camponês” tem provavelmente demasiadas limitações heurísticas para ser sustentado.

Camponeses e modos: totalidades e unidades

Passando à segunda questão da seqüência referente aos modos e camponeses, o campesinato é um componente de um modo de produção exclusivo? O candidato mais provável, aqui, seria o feudalismo, que se apropria do produto e do trabalho camponeses, dentro de uma economia e uma sociedade essencialmente agrícolas e descentralizadas, em

cujo topo estão os proprietários de terras/governantes locais/cavaleiros. Mas, já de início, há sérias dúvidas. Inúmeros modos de produção (“épocas progressivas na formação econômica da sociedade”³³, na própria definição de Marx) contêm “alguma coisa”, que ele e os que estudaram os camponeses delimitaram como âmago da especificidade camponesa. Lembremos também que em *O Dezoito Brumário...* Marx usou e explorou o conceito de “camponês” na (primitiva?) França capitalista. Os grupos domésticos camponeses como unidades básicas de produção e vida social, os camponeses como um grupo com semelhanças estruturais consideráveis e, mesmo, como uma auto-identidade política estabelecida, podem ser facilmente situados dentro de sistemas sócio-econômicos diferentemente estruturados, desde “o Asiático” (se existir tal “coisa”), passando pelos limites extensivos dos domínios escravistas na antiguidade, pelo florescente capitalismo (primitivo?) da Alemanha, até a NEP soviética e a Polônia de hoje. A única maneira de insistir em encaixar os camponeses exclusivamente no modo de produção feudal é através de uma tautologia, isto é, definido arbitrariamente: a) todos os modos de produção que contêm camponeses como feudais; b) todas as unidades de produção familiares exteriores ao feudalismo como não-camponesas (ou, ainda, como reminiscências arqueológicas a-conceituais, que compartilham o espaço societário com aqueles que legitimamente o ocuparam, isto é, os trabalhadores assalariados sob o capitalismo). Tais procedimentos limitam, mais do que expandem, nossa compreensão da realidade social em suas complexidades e contradições.

Em termos mais gerais, a diversidade de abordagens relativas à inserção do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de economia/sociedade camponesa em um modo de produção pode ser apresentada por um *continuum* entre dois pólos, ambos representados em trabalhos publicados durante a última década. Por um lado, é exclusivamente a característica da unidade de produção dominante que define a estrutura mais ampla (modo de produção? formação? sociedade?); por outro lado, as características essenciais do estabelecimento rural/familiar e, conseqüentemente, da economia camponesa têm sido tratadas como determinadas exclusivamente pelo sistema sócio-econômico mais amplo, isto é, pelo modo de produção (dominante?).

Um exemplo da primeira abordagem: o “o grupo doméstico está para a economia tribal, assim como o domínio feudal para a economia medieval, ou a corporação para o capitalismo moderno; cada um é a instituição produtiva dominante no seu tempo”.³⁴ Embora a designação de Sahlin de um grupo doméstico como tipicamente tribal (excluindo do esquema o estabelecimento rural familiar camponês) possa induzir em erro, especialmente no mundo contemporâneo, sua lógica é admiravelmente clara. Ela tem sido também explícita e corretamente relacionada à taxonomia comparativa dos sistemas econômicos, de Chayanov, e posta em contradição manifesta com o estruturalismo de Terray. A conclusão plenamente elaborada de tal abordagem já foi expressa na categoria de Thorner de economia camponesa, definida como uma “economia global de países de dimensão considerável” e como “uma forma de organização de sociedade humana amplamente difundida”, delimitada pelas porcentagens de unidades sociais especificamente camponesas, dentro da população, da economia, etc. Conseqüentemente, um conjunto de características, das quais o grupo doméstico enquanto unidade típica de produção é a mais fundamental, define um sistema econômico e uma época de extensão e heterogeneidade consideráveis, pois as economias camponesas existiram “muito antes do feudalismo, ao longo do feudalismo e muito depois dele”. Será também a diminuição na proporção de estabelecimentos familiares camponeses o que tornará inaplicável o termo “camponês”, a partir de certo momento, para designar tal “economia em seu conjunto”.³⁵

Por outro lado, diferentes modos de produção, sistemas ou sociedades implicariam uma essência social totalmente diferente para o estabelecimento rural familiar camponês (e para o campesinato, de forma geral), mesmo que possam ser apontadas semelhanças formais. A observação de Marx de que “mesmo as categorias econômicas, apropriadas a modos de produção anteriores, adquirem um caráter histórico novo e específico sob o impacto da produção capitalista”³⁶ é conseqüentemente interpretada como significado que “não há um ‘campesinato’ em geral, apenas formas específicas de produção agrícolas,

trabalhadas e controladas, em maior ou menor grau, por unidades domésticas... específicas ao modo de produção no qual existem. As tipologias baseadas nas condições técnicas, agrônômicas e culturais são, na melhor das hipóteses, equivocadas”. Ou, na forma mais concisa do mesmo texto, “o campesinato como uma categoria econômica teórica não existe no marxismo...” e deve ser tratado como “um destacamento específico da pequena burguesia”.³⁷ O mesmo valeria necessariamente para a história camponesa específica e para qualquer de suas supostas características básicas. No limite, isso pode ser acompanhado do certificado de ortodoxia-e-verdade, através da simples divisão do campo conceitual entre o estruturalismo marxista e uma “abordagem não marxista” dirigida à unidade.

Provavelmente a melhor maneira de tentar resolver esses problemas é começar por prestar mais atenção às questões epistemológicas mais amplas que aqui se apresentam, isto é, as relações entre a “totalidade” e suas subunidades. Uma estrutura geral determina e define exclusivamente suas unidades componentes, ou é a soma total de subunidades que define o todo? Há outras possibilidades? Aqui, também é relevante a terceira pergunta da seqüência de questões acima estabelecidas: os camponeses podem ser vistos como entidades transferíveis “intermodos” ou tal noção é absurda?

A resposta parece, de fato, residir, pelo menos inicialmente, no plano epistemológico. A análise marxista é, sem dúvida, corretamente estruturalista na medida de sua recusa em aceitar a redução de qualquer totalidade à soma de suas subunidades (como também, aliás, o conhecimento não-marxista sofisticado).³⁸ A conclusão que daqui não se pode tirar é a redução “pelo lado contrário”, isto é, uma tentativa de dedução das subunidades a partir das características do todo, através do “desenvolvimento simples, lógico, da verdade geral”. Deve-se apreender, de uma só vez, a interação do todo e suas partes, em todas as suas características específicas, diferentes e relacionadas, a dinâmica muitas vezes contraditória e as ordens da lógica, tanto da totalidade quanto de suas unidades. Sendo assim complexa, não há como virá-las do lado contrário. Aqui as palavras “relação dialética”, freqüentemente empregadas em excesso, não estarão fora do lugar. Para exemplificar, as classes sociais refletem as contradições e as leis do movimento dos modos de produção, mas nenhuma dedução das primeiras a partir dos segundos (*ou vice-versa*) pode substituir a análise específica. Voltando aos camponeses, o que deve ser rejeitado é um falso problema que supõe uma falsa dualidade de possibilidades. Sem dúvida, não podemos compreender como operam as unidades de produção camponesas sem seu contexto societário. Tampouco podemos, simplesmente por isso, deduzir-las ou reduzi-las ou dissolvê-las conceitualmente. O deducionismo não é uma resposta satisfatória ao empirismo.

Em outras palavras, aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Que dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses. Mais uma vez, a questão delimita a fronteira marxista/não marxista, pois, como precisou o comentário autocrítico de um expoente da escola do funcionalismo estrutural, à sua crise conceitual seguiu-se a nova “forte ênfase na autonomia de qualquer subestrutura, subgrupo ou subsistema...”, assim “problematizada”³⁹ – uma observação que poderia, igualmente, enquadrar alguns estruturalismos marxistas. Finalmente, e o que é mais importante, essas conclusões não são simplesmente um exercício de lógica, mas são centrais para estratégias de pesquisa e ação política, pois implicam que os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados *tanto* enquanto tais, *como* dentro dos contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem.

Para tranquilizar aqueles que gostam da autoridade de referências textuais, tudo isso, é óbvio, também está metodologicamente implícito no próprio trabalho de Marx. Por exemplo, sua consideração sobre o capital mercantil e os comerciantes relaciona-os a diferentes modos de produção e dá-lhes uma história própria, parcialmente autônoma. O capital mercantil não é totalmente independente do capitalismo, nem simplesmente o reflete, nem é, ainda, apenas um estágio dentro dele. Tampouco são os comerciantes a-históricos, em termos da sociedade onde operam. Ora, se afirmamos que é na produção e não na circulação que a “verdadeira economia política começa”, o capital mercantil é isolado para análise em sua relativa independência, mas como uma parte claramente necessária do processo de compreensão do todo.⁴⁰

Então, que são os camponeses, conceitualmente falando? Voltando, uma vez mais, aos princípios epistemológicos, os conceitos, as generalizações e os modelos não são a realidade, que é, de fato, infinitamente mais rica. Isso torna sem sentido uma pergunta genérica, tal como: “Os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe?”, pois esses conceitos não são mutuamente excludentes, nem intercambiáveis; as luzes que trazem podem ser tomadas. Os conceitos são instrumentos de análise; sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade. Nenhuma dessas conceituações pode ser total, exceto aquelas que são tautológicas e/ou triviais. Além disso, tal afirmação não constitui defesa de um ecletismo de princípios, pois a hierarquia de importância é central e pressuposta, e diferentes conceitos mostram diferentes medidas de esclarecimento (ou nenhuma que seja), especialmente quando a pergunta está determinada. São portanto a maneira de utilizar o conceito e seus resultados heurísticos o que é central em nosso caso, isto é, discussão sobre um debate atual dentro de um quadro de referência de análise claramente marxista.

Os camponeses entraram na discussão marxista como a pré-história analítica do capitalismo, como sua forragem passiva dentro da “acumulação primitiva”, mas, em particular, como classes históricas “para si” com, por assim dizer, baixo “caráter de classe”, explicável, por sua vez, dentro dos termos da especificidade camponesa.⁴¹ A utilização e as ênfases diferem no tempo e no contexto. Os camponeses pertencem aos tempos antigos e medievais no *Grundrisse*, ao passado mais imediato da Inglaterra em *O Capital*, de Marx, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em “países de maioria camponesa”. “Classe para si” representa aqui não apenas uma definição mais expressiva do que “classe em si”, mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas “portadora” de características de uma “matriz” geral, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros.⁴² Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descristalização de classe, coalizões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas. A luta de classes significa, neste nível, não apenas uma contradição objetiva de interesses, mas uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens. Um geração depois, os camponeses, historicamente reais, gradualmente tomaram o lugar de seus congêneres conceituais, analíticos e abstratos “em si”, à medida que os escritos e os feios de Lênin se tornavam maduros, politicamente mais profundos, mais fortes na confrontação decisiva e mais perto da vitória. Algum dia, uma história similar sobre Mão e Tito também será escrita. Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivações e deduções, em exércitos e atores; e, simultaneamente, admitiu-se, cada vez mais, a autonomia analítica relativa da classe com relação ao(s) modo(s) e/ou sociedade a que se vincula. Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo “dentro de um país capitalista” – citando o Lênin pós-1906.⁴³

Entretanto, isto não é um *happy end*, apesar de resolvidas todas as dúvidas e reconhecidos os camponeses como o que realmente são, isto é, “uma classe”. Os

camponeses “são” uma classe, uma economia, uma *part-society** e, além disso, outras “coisas” que ainda não conceituamos. Só a definição de uma problemática torna possível a seleção de um quadro de referências conceitual válido. Ademais, nenhuma realidade social pode ser monopolizada e nitidamente dividida por um tipo de unidade de análise devidamente selecionado, do qual derivem todas as conclusões. A realidade não só é pura; tampouco pode sê-lo a análise relevante da realidade. De fato, livrar-se das impurezas significa desfazer-se justamente dos pontos onde a perplexidade engendra a descoberta nas ciências sociais.

Tudo isso nos leva ao último ponto de ambas as seqüências sugeridas sobre a problemática da conceituação de camponês: a questão da possível inutilidade e/ou qualidades insatisfatórias do termo. Isso é necessário porque, para compreender o que “são” os camponeses, devemos compreender o que e como pensamos sobre eles.

Camponeses como uma moda

Uma história dos camponeses como uma entidade conceitual ou como uma moda séria, uma tarefa importante em si mesma. Limitá-la-emos, aqui, a poucos aspectos relevantes para o problema em pauta. O significado político do conceito garantiu uma periodicidade de seu próprio uso, sempre refletindo a história social em sentido amplo, mas também uma dinâmica específica do pensamento acadêmico. Ocorria uma insurreição no que pode ser grosseiramente chamado de primeiros estágios da industrialização e da transformação capitalista da Europa Central e Oriental, isto é, nas sociedades situadas na periferia próximas às origens do capitalismo. Estava relacionada à rápida industrialização, à ascensão dos movimentos nacionalista, populista e socialista, e assim por diante. Começou na segunda metade do século XIX e produziu, até o começo do século XX, a maioria dos instrumentos conceituais e ideológicos relevantes de que hoje dispomos. Grande parte disso chegou ao pensamento “propriamente ocidental”, através da mediação de europeus da Europa Central e Oriental que escreviam em inglês (por exemplo, Marx Znaniecki, Weber e Sorokin) ou ainda através de traduções (por exemplo, Weber, Lênin e Chayanov).

A insurreição chegou a um fim abrupto e dramático, durante a década de 1920/30, derrubada pelas repressões bem como pelo avanço das entrelaçadas ideológicas e políticas do nacionalismo militante e pela rápida industrialização, que situou os camponeses no lugar onde estavam a bruxaria e o rústico, isto é, fora do alcance das preocupações intelectuais e políticas progressivas. A Europa Oriental e Ocidental emparelhou-se, assim, a uma tendência anterior européia ocidental/norte-americana dominante. A modernização e a industrialização foram consideradas necessárias e “uma coisa boa”. Uma taxonomia básica de moderno/tradicional (com uma implícita suposição nós/eles) tornou os camponeses terminologicamente invisíveis, dentro do pacote geral de “tradicionais” e outros exóticos. Durante a década de 1930/40 e, posteriormente, na euforia das teorias da modernização “pós-colonial” da década de 1950/60, os camponeses continuaram a não existir, conceitualmente falando.

Uma sucessão de crises das chamadas “sociedades em desenvolvimento” e da agricultura mundial, o colapso das prescrições modernizantes simples-e-rápidas, a decisão da China de “andar com os próprios pés”, a descoberta pelo Banco Mundial da tenacidade camponesa, etc., mas especialmente a maneira com os camponeses vietnamitas derrotaram

* N. do Trad.: Não traduzimos o termo, por se tratar de uma noção utilizada na sua forma original. Tal noção teve Kroeber como precursor. Para ele “camponeses constituem *part-societies* e *part-cultures*”. Eles são “definitivamente rurais – entretanto vivem em relação a cidades mercantis; formam um segmento de classe de uma população maior, que geralmente contém também centros urbanos... falta-lhes o isolamento, a autonomia política e a auto-suficiência das populações tribais; mas suas unidades locais retêm muito de sua velha identidade, integração e apego ao solo e aos cultos”. Extraído e traduzido de KROEBER, A. L., *Antropology*, New York, Harcourt, Brace and Co., 1948, p. 284.

o país mais industrializado do mundo, tudo isso trouxe os camponeses abruptamente para o foco das atenções. Seguiu-se uma explosão virtual de estudos, publicações e debates. A estrutura das casas editoriais e da academia, enquanto empresa, rapidamente transformou tudo isso em moda crescentemente controlada pelas leis do mercado da moda. Isso significou um rápido aumento da utilização da palavra como um truque editorial (ao lado de mulheres nuas e camisas com retratos do Che). Significou brigar por dizer alguma coisa de novo ou de bom para fazer carreira, em um campo que se abarrotava de depressa, muito antes de qualquer avanço real do conhecimento que o justificasse. Fácil predizer o estágio seguinte, dentro da racionalidade de tais dinâmismos acadêmicos: desencantamento, sinais de fastio com o termo utilizado em excesso e trivializado, descobertas de sua “não-existência real”, apelos a desconceituação, investida em novos truques e, freqüentemente, uma tentativa de tirar academicamente proveito da desmistificação de velhas predileções (pode-se sempre excetuar uns poucos livros). Estamos agora nos aproximando rapidamente desse estágio, dentro do ciclo da moda camponesa. Ela mostrou-se “articulada” a, e “sobredeterminada conjuntamente” por, uma onda de marxismo deducionista das universidades ocidentais, por sua vez crescentemente atacado por aqueles para quem a realidade social é indedutível, especialmente quando se trata de marxismo.

Escusado dizer que ver os seguidores de modas instalarem-se em outro lugar deleitaria àqueles que se empenham seriamente no estudo. Entretanto, na medida em que se empenham seriamente no estudo. Entretanto, na medida em que algumas questões foram elaboradas e que portanto alguns estudiosos entraram em campo, o resultado da explosão da moda não poderia ser de todo negativo. Este pode ser, também, o momento exato de revogar um conceito totalmente batido e “desgastado”. Afinal, palavras como “camponês” não são as Sagradas escrituras e quanto menos complexa a terminologia, melhor. Por exemplo, que tal substituí-lo por “o destacamento agrícola da pequena burguesia” para torná-lo límpido, puro e claro?

Revogação de conceitos: algumas regras práticas

Para responder a essa pergunta, passemos a algumas “regras práticas” para a desconceituação, antes de voltarmos, pela última vez, à questão da definição de camponês. Começando novamente pelas negações, o que se segue pode ser dito de maneira geral.

(a) Nenhum conceito deve ser revogado simplesmente por representar apenas alguns aspectos da realidade. Todo conceito é simplesmente seletivo e, portanto, tem limitações e obscuridades necessárias. Exigir demasiado de nossos conceitos significa dualizar a análise: de um lado, os fatos totalmente empíricos e, de outro, as construções totalmente teóricas e, portanto, absolutas. Ambos têm pouca utilidade.

(b) Nenhum conceito deve ser revogado por razões puramente dedutivas e/ou lógicas, sem uma investigação exaustiva dos *insights* sobre a realidade, que podem ser perdidos por tal desconceituação e/ou a adequação de formas alternativas de lidar com esses *insights*.

(c) Nenhum conceito deve ser revogado para se adequar a uma simples divisão de conceitos em “nossos” se situam em um mundo asséptico, livre de qualquer mistura alienígena. As preocupações e descobertas marxistas devem ser reconhecíveis, tanto nos fatos quanto na problemática, pelos analistas não-marxistas genuínos, e *vice-versa*, exceto as diferenças profundas. Dentro do próprio marxismo, o purismo dedutivo destrói os vínculos com a realidade, que é mais rica que qualquer conceituação. Devemos evitar em particular as oscilações da moda, que levam ao esforço de ser um marxista de acordo com a última delas. Como no sexo, quanto menor o esforço, melhor o desempenho.

Justifica-se a desconceituação para conceitos que não trazem qualquer esclarecimento, devido ou à representação equivocada da realidade social e/ou à irrelevância para problemas de importância e/ou à estrutura lógico defeituosa e à incoerência. Tudo isso pode se dar de saída ou resultar de uma mudança na realidade ou,

ainda, da adoção de novos conhecimentos teóricos ou de métodos aceitos para sua verificação. Nesse sentido, como fica o camponês?

Retomando, primeiramente, a posição acima enunciada, o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não- apenas- camponesa e/ou extra-historicidade. Essas idéias são como espantalhos, coisas que as crianças se encantam em derrubar. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo; a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele. Os camponeses são uma mistificação; o problema é quando o são, como e quando não o são.

A simples questão “os camponeses existem?” Seria obviamente tola se colocada e reificada em seu conteúdo; não discutimos aqui a realidade imediata, mas uma generalização, ligada a um modelo conceitual – uma simplificação e uma formalização significativamente seletivas, com o propósito de uma melhor compreensão. Deveríamos, portanto, colocar a questão de outra maneira, perguntando que esclarecimentos pode-se ter pela utilização do conceito e quais são os obscurecimentos em tal teorização.

Um exemplo pode ilustrar o problema. A derrota da intervenção armada dos EUA no Vietnã está ainda viva na memória e é, sem dúvida, um evento social da maior importância política na história contemporânea. É também um tipo de “dado” com relação ao qual tanto a compreensão da realidade quanto a tentativa de molda-la têm sito e serão tentadas no mundo inteiro. Podemos explicar satisfatoriamente a derrota do maior, mais rico e tecnologicamente mais adiantado complexo militar industrial, sem levar em conta a estrutura social especificamente camponesa de 90% dos vietnamitas? Uma complexidade de fatores opera, sempre, em tais conflitos; mas isso não está em questão. Podemos compreender o que aconteceu considerando *apenas* o sistema econômico internacional, o modo de produção capitalista, a neurose de Johnson e/ou as contradições e protestos internos dos EUA. Ou foi a selva, a lavagem cerebral, as táticas militantes e/ou as qualidades do fuzil AK 47? Ou foi simplesmente a superioridade da *Weltanschauung* socialista e a devoção pessoal dos quadros do partido? Todos esses fatores exerceram um papel, mas provavelmente basta comparar o Vietnã com as áreas que tentaram desafiar a potência militar imperialista para admitir a importância analítica crucial de se considerar a especificidade camponesa neste caso.⁴⁴ Foram citados ou colocados em notas de rodapé, na seção 2, outros exemplos de ganhos heurísticos. É pelo trabalho cotidiano de pesquisa e de programas e ações políticas reais que as utilizações de um conceito devem ser julgadas. E é por esses critérios que a generalização da especificidade camponesa não deixa de trazer novas luzes, não é irrelevante para as questões importantes do mundo em que vivemos, nem incoerente na sua estrutura lógica. O conceito de camponês é, sem dúvida, insuficiente em si mesmo, assim como qualquer outro conceito, exceto no que diz respeito a suas diferenças de extensão. O porquê da última das acusações básicas contra o campesinato como um conceito válido – a de seu caráter mistificador – será respondido nas linhas a seguir.

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”.⁴⁵ É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais.

O camponês é uma mistificação principalmente para aqueles que são propensos a se tornar mistificados. Tipicamente, foi nas mãos do brilhante teórico e indiferente político Plekhanov que os camponeses russos desapareceram conceitualmente, para reaparecerem apenas com o conhecimento e a ação política de Lênin na Guerra Civil e posteriormente (Mais tarde, Li-Li San e Mão pareciam representar, outra vez esta dualidade.) Foram os grandes deducionistas, com pouco contato com a realidade, que caíram mais facilmente na armadilha da reificação (no outro extremo, o mesmo acontece àqueles para quem apenas o empírico importa). A conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de acatar a questão em um nível teórico. Não é essencialmente uma resposta, mas uma pressuposição que ajuda a engendrar novas respostas específicas.

As questões fundamentais da realidade social ou podem ser compreendidas em um nível razoável de sofisticação epistemológica, ou não podem de modo algum. Ao mesmo tempo, inclusive o rigor mais estrito de dedução, por si só, não pode resolver os problemas básicos, mais do que o uso correto do silogismo pode nos provar a existência do mundo à nossa volta. Em última instância, os conceitos devem servir não a “uma questão de reconciliação dialética de conceitos”, mas à “compreensão das relações reais”.⁴⁶ Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combater-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou.

(Tradução de Cynhia A. Sarti e Wanda Caldeira Brant)

Notas:

¹ REDFIELD, Robert, *Peasant Society and Culture*, Chicago University of Chicago Press, 1956, p. 25; FEI HSIU-TUNG, “Peasants and Gentry”, in *American Journal of Sociology*, 52: 1-17, 1946.

² Ver, por exemplo, GALESKI, *Borguslaw, Basic Concepts of Rural Sociology*, Manchester, Manchester University Press, 1972.

³ Por exemplo, WOLF, Eric, *Peasants*, New York 1966; e MALITA, N., “Agriculture in 2000”, in *Sociologia Ruralis*, 50, 1971.

⁴ Por exemplo, NADERI, N. Afshar, *The Settlement of Nomads: its social and economic implications*, Tehran, 1971.

⁵ CHAYANOV, A. V., *The Theory of Peasant Economy*, Illinois, Homewood, 1966; BANARJEE, J., “Summary of Selected Parts of Kautsky: The Agrarian Question”, in *Economy and Society*, 5 91), 1976, p. 26-28, 35. Anteriormente, Marx falou sobre a capacidade do camponês de “Irich himself” (vir a ser irlandês): MARX, K., *Capital*, Harmondsworth, 1976, vol. 1, p. 1068.

⁶ WOLF, E., *op. cit.*, capítulo 2.

⁷ Para discussão, ver SHANIN, T., “The Nature and Logic of Peasant Economy”, in *Journal of Peasant Studies*, 1 (1-2), 1973.

⁸ WOLF, Eric, *Peasant Wars in the 20th Century*, London, Harper & Row, 1969; STAVENHAGEN, Rodolfo, *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*, New York 1970, etc.

⁹ Por exemplo, BALLEY, F. G., “The Peasant View of the Bad Life”, in *Advancement of Science*, December 1966. Além disso, DOBROWOLSKI, K., *Peasant Traditional Culture*. (Para tradução inglesa, ver SHANIN, T., *Peasants and Peasants Societies*, Harmondsworth 1971.)

¹⁰ GALESKI, *op. cit.*, capítulo 2.

¹¹ Por exemplo, CUONG, Pham, e Van BA, Nguyen, *Revolution in the Village: Nam Hong, 1945-1975*, Hanoi 1976.

¹² WOLF, Eric, “Is the Peasant a Class Category Separate from Bourgeois and Proletarian? (notas para uma palestra, 2.3.77), Binghampton 1977.

¹³ Para uma reflexão crítica relevante, ver CLAUS, G., “Toward a Structural Definition of Peasant Society”, in *Peasant Studies Newsletter*, 2 (2), 1973.

¹⁴ SHANIN, T., “Peasants...”, *op. cit.*, Introduction.

¹⁵ HOBBSBAWN, E. J., “Karl Marx’s Contribution to Historiography”, in BLACKBURN, R., *Ideology and Social Sciences*, London, 1972.

- ¹⁶ SHANIN, T., “Peasants...”, *op. cit.*, p. 238-263, escrito em 1966.
- ¹⁷ Por exemplo, os trabalhos de B. Galeski, V. P. Danilov, A. M. Anfimov.
- ¹⁸ As citações foram tiradas de MARX, K., *Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte. Selected Writings*, vol. I, Moscou 1973, p. 478-9; *Pré-Capitalist Economic Formations*, London 1964, p. 79, 118; *Capital*, *op. cit.*, vol. I, p. 962.
- ¹⁹ Ou seja, o último capítulo de MARX, K., “Capital”, *op. cit.*, vol. I, parte 8.
- ²⁰ LÊNIN, V. I., “The Problem of Markets”, in *Collectrd Writings*, vol. I, Moscou; e *Development of Capitalism in Russia*, Moscou 1974; e também, posteriormente, *Polnoc Sobranie Sockynenii*, Moscou, vol. 17, p. 120-127, 1968.
- ²¹ Particularmente, On Cooperation, Better Fewer but Better e a carta ao Congresso, de 22/24 de dezembro de 1923, in Lênin, V. I., *Selected Works*, Moscou 1971, p. 681-713.
- ²² MYRDAL, G., *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, London 1957.
- ²³ Por exemplo, GEERTZ, H., *Agricultural Involution*, Berkeley 1963.
- ²⁴ LOPES, J. R. B., *Capitalist Development and Agrarian Structure in Brazil*, São Paulo, CEBRAP, 1976 (manuscrito).
- ²⁵ Ver MAC NAMARA, *Address to the Board of Governors*, Washington Bird, 1974.
- ²⁶ DANILOV, V. P.; DANILOV, L. V.; RESTYANIKV, V. G., *Osnovnye Etapy Razvitiya Krest'yanaskogo Khozyaistva*, Moscou, 1977. Para uma abordagem, de modo geral, semelhante na escrita “ocidental”, ver AMIN, S., *Capitalism and Ground Reant*, Dakar, 1974.
- ²⁷ MARX, K., “Pré-Capitalist...”, *op. cit.*, p. 94.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 102.
- ²⁹ Por exemplo, ALTHUSSER, L., e BALIBAR, E., *Reading Capital*, London 1970. Sua apresentação inicial na edição inglesa. Para uma discussão recente, ver FOSTER-CARTER, A., “The Modes of Production Debate”, in *New Left Review*, 1978, p. 107.
- ³⁰ CARDOSO, C. F. S., “On the Colonial Modes of Production of the Americas”, in *Critique of Anthropology*, 4 & 5: 1-36, Autumn 1975 (primeira publicação, em espanhol, em 1975).
- ³¹ MARX, K., “Capital”, *op. cit.*, 926; “Pre-Capitalist...”, *op. cit.*, p. 94.
- ³² Ver o debate de O'CONNOR, J., e SHERRY, R., *Monthly Review*, 28, 1976.
- ³³ MARX, K., “Selected...”, *op. cit.*, p. 504.
- ³⁴ SAHLIN, M., *Stone Age Economics*, London 1974, p. 76.
- ³⁵ THORNER, D., “Peasant Economy as a Category in Economic History”, in SHANIN, T., “Peasants...”, *op. cit.*, p. 202-208, 216-217.
- ³⁶ MARX, K., “Capital”, *op. cit.*, p. 950.
- ³⁷ HIST, P., “Can There Be a Peasant Mode of Production?” (manuscrito), p. 7. Sua versão final aparece como ENNEW, J.; HIRST, P.; e TRIBE, K., “Peasants as na Economic Category”, in *Journal of Peasant Studies*, 4 (4), 1977. A citação foi tirada das p. 295-296.
- ³⁸ Por exemplo, Von BERTLANFFY, L., *Problems of Life*, New York 1952; KOESTLER, A. e SMITHIES, J. R., *Beyond Reductionism*, London 1969. Ver também SHANIN, T. (ed), *The Rules of the Game*, London 1972.
- ³⁹ EISENSTADT, S., “Sociological Theory and an Analysis of the Dynamics of Civilizations and of Revolutions” in *Daedalus*, 106 (4), 1977, p. 66.
- ⁴⁰ Por exemplo, MARX, K., “Capital”, *op. cit.*, vol. 3, capítulos XIX e XX. Ver também a importante carta de Engels para C. Schimidt, in MARX, K. e ENGELS, F., *Collected Writings*, vol. 3, Moscou 1973, p. 483-485.
- ⁴¹ Ver o texto citado na nota 14. Para um esclarecimento de um ponto de vista algo diferente, ver WOLF, E. R., “Is the Peasat...”, *op. cit.*, p. 2-4. “Marx... todavia, trabalhava com um modelo homogêneo da sociedade hipotética... A razão por que isto me parece importante está no fato de o campesinato encontrar-se sempre estabelecido em um local demarcado. Por definição, eles habitam periferias e semiperiferias, e periferias dentro de periferias. E talvez, por isso, é difícil ou impossível falar do campesinato como uma classe”.
- ⁴² Um século depois de Marx, as análises marxistas têm acrescentado muito pouco à lista básica de significados, apresentados pela dicotomia “classe em si... (em relação à) classe para si...”. Ambos os lados desta fórmula levam consigo o aspecto definidor necessário de um interesse de um interesse coletivo, objetivo e fundamental, em um sistema e relações de produção e exploração. O segundo acrescenta um componente relacionado de consciência típica de grupo, auto-identificação e organização de classe. A suposição da cristalização de características da “classe para si”, via luta de classes, deu início a uma historiografia de etapas necessárias e propiciou uma maior racionalização da história política. Para uma discussão que, embora velha, é ainda a melhor disponível, ver OSSOWSKI, S., *Class Structure in the Social Sciences*, London, 1963.

⁴³ A experiência revolucionária de 1905/6 encontra sua expressão na nova consciência daqueles escritores. Por exemplo, LÊNIN, V. I., “Agrarian Programme of Social Democracy...” (1908); “Polnoe...” *op. cit.*, vol. 17, p. 170-172.

⁴⁴ HOBBSAWN, E., “Vietnam and the Dynamics of Guerilla War”, in *New Left review* (17), 1965.

⁴⁵ BRAITHWAITE, R. B., *Scientific Explanation*, Cambridge 1953, p. 93.

⁴⁶ MARX, K., *Grundrisse*, Harmondsworth 1973, p. 90.